

Críticas e contraposições entre os modelos Novo-Clássico e Novo-Keynesiano

Patrine Soares Santos¹
 Emillie Fabianne Rangel Ferreira²
 Izabela Cristina Fonseca Andrade³
 Maria Thereza Santos Rocha⁴
 Mário Machado da Silva Filho⁵

Resumo

O paradigma macroeconômico representado pela Síntese Neoclássica nas décadas de 1950 e 1960 passou a ser questionado devido ao cenário mundial acometido pelo fenômeno da estagflação. No início de 1970, Friedman e Lucas introduziram a abordagem Novo-Clássica que, além de discorrer sobre os modelos dos ciclos monetários, originou uma segunda corrente: o modelo do Ciclo Real de Negócios. No fim da década de 1970, a teoria Novo-Keynesiana surge em contraposição a alguns aspectos da abordagem Novo-Clássica. O presente trabalho objetiva trazer as principais críticas e contraposições disponíveis na literatura econômica sobre essas correntes, buscando evidenciar os pressupostos de maior relevância de ambas as teorias. Para isto foi feita uma revisão bibliográfica, bem como uma discussão de estudos correlatos. Com fundamento no arcabouço teórico analisado, conclui-se que as teorias Novo-Clássica e Novo-Keynesiana não são excludentes, mas contrastantes em certos aspectos, o que evidencia a importância dos paradigmas na construção do pensamento macroeconômico.

Palavras-chave: paradigma; teoria Novo-Clássica; teoria Novo-Keynesiana.

Criticisms and counterpositions between the New-Classic and New-Keynesian models

Abstract

The macroeconomic paradigm represented by the Neoclassical Synthesis in the 1950's and 1960's began to be questioned due to the world scenario affected by the phenomenon of stagflation. In the 1970's, Friedman and Lucas introduced the New Classic approach that besides talking about the models of monetary cycles, originated a second chain, the model of the Real Business Cycle. In the late 1970's New Keynesian theory emerged to contrast some aspects of the New Classic approach. The present study aims to bring the main criticisms and counterpositions available in the economic literature on these currents, seeking to highlight the most relevant assumptions of both theories. To achieve this, a bibliographic review was conducted, as well as a discussion of related studies. Based on the theoretical framework analyzed, it is concluded that the New Classical and New Keynesian theories are not exclusive, but contrasting in certain aspects, which highlights the importance of paradigms in the construction of macroeconomic thinking.

Keywords: Paradigm; New Classical Theory; New Keynesian Theory

¹ Mestra em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial pela Universidade Estadual de Montes Claros. Email: patrineeco15@gmail.com

² Mestranda em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial pela Universidade Estadual de Montes Claros. Email: rangel.emillie@gmail.com

³ Mestranda em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial pela Universidade Estadual de Montes Claros. Email: izabelaandrade1811@hotmail.com

⁴ Mestranda em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial pela Universidade Estadual de Montes Claros. Email: rocha.mariathereza@gmail.com

⁵ Mestre em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial pela Universidade Estadual de Montes Claros. Email: mariomachadofilho@gmail.com

Recebido em abril de 2019 e aceito em maio de 2019.

1. Introdução

A década de 1970 foi marcada pela quebra do paradigma macroeconômico da Síntese Neoclássica, o qual integrava alguns pressupostos Keynesianos a uma base teórica Clássica sobre as variáveis subjacentes às flutuações econômicas. O cenário de estagflação⁶ presente na conjuntura econômica levou ao questionamento do modelo vigente, abrindo espaço para que novas teorias surgissem como forma de retaliação e complemento das lacunas teóricas existentes.

Através do monetarismo de Friedman, originou-se a abordagem Novo-Clássica - um processo de contrarrevolução à Síntese Neoclássica fundamentado em princípios microeconômicos sob a hipótese do equilíbrio de mercado via preços, informação imperfeita e expectativas adaptativas. Conforme Gordon (2000), a abordagem de Friedman ressalta que tanto trabalhadores quanto empresas operam sobre as curvas de oferta e demanda de mão-de-obra, logo "os ciclos de negócios podem ocorrer somente se os trabalhadores percebem de maneira imprecisa o nível de preços" (GORDON, 2000, p.384).

O modelo de Friedman recebeu críticas quanto à abordagem de percepção equivocada dos trabalhadores, entretanto (salvo suas limitações), conquistou muitos seguidores como Robert E. Lucas Junior,⁷ que aperfeiçoou o seu modelo acrescentando a abordagem das expectativas racionais, ambos enfatizando os choques de demanda como determinantes dos ciclos de negócios. Uma importante contribuição de Lucas foi o a Hipótese da Ineficácia da Política – HIP, que presume que a política monetária antecipada não é capaz de modificar o produto real de uma economia quando é prevista pelos agentes econômicos.

Com base nos pressupostos de equilíbrio de mercado e expectativas racionais consolidados na primeira geração Novo-Clássica, surge o Modelo do Ciclo Real de Negócios-CRN. Essa nova geração propõe uma alternativa na explicação das flutuações econômicas ao introduzir os choques de oferta como sua principal causa, assim as variáveis reais impactam o produto e podem causar flutuações.

Contrapondo algumas premissas da teoria Novo-Clássica, no fim da década de 1970 sobrevém a abordagem Novo-Keynesiana, que propõe a rigidez nominal e real de preços e salários como determinantes dos ciclos de negócios, uma vez que o ajuste lento destas variáveis não permite a economia se aproximar do equilíbrio instantaneamente. "Na visão Novo-Keynesiana, as flutuações econômicas são resultantes de imperfeições de mercado, ou a resposta às falhas dos salários e dos

⁶ Presença de altas taxas de inflação coincidentes com altas taxas de desemprego.

⁷ Ganhador do Prêmio Nobel de 1995, o principal expoente da macroeconomia Novo-Clássica sob a abordagem de choques de demanda, fundindo o conceito das expectativas racionais com a hipótese de equilíbrio de mercado e de informação imperfeita (GORDON, 2000).

preços em se ajustarem instantaneamente para equilibrar oferta e demanda ou para gerar *market clearing*”⁸ (DATHEIN, 2000, p.2).

O presente estudo teve como objetivo ressaltar as principais críticas e contraposições disponíveis na literatura econômica sobre as teorias Novo-Clássica e Novo-Keynesiana, salientando os pressupostos de maior relevância de ambas. Para tanto, com base na bibliografia existente, foi feita uma revisão das hipóteses teóricas de cada modelo e uma discussão de estudos correlatos. Além desta introdução, o trabalho segue com mais três seções subdivididas primeiramente na abordagem da teoria Novo-Clássica em suas duas gerações; segundo, na teoria Novo-Keynesiana com seus pressupostos e críticas com relação ao modelo anterior e terceiro, na contraposição entre as duas vertentes macroeconômicas. Por fim, tem-se as considerações finais com as principais conclusões do trabalho.

2. A Teoria Novo- Clássica: choques de demanda e oferta

2.1. Friedman e a contrarrevolução monetarista

Um paradigma científico é um modelo que ao longo do tempo é capaz de orientar a pesquisa, em certos marcos, na busca de soluções para problemas suscitados no modelo. Paradigmas científicos tendem a se consolidar no chamado *mainstream* de uma ciência, ou seja, no veio principal de pesquisa que produz a inovação ou estado da arte. Nas palavras do historiador da ciência Thomas Kuhn: “considero ‘paradigmas’ as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN *apud* BARTELMEBS, 2012. p. 353). Como assevera Meller (1987), a substituição de um paradigma é uma verdadeira revolução em uma ciência:

a substituição de um paradigma por outro é o que Kuhn denomina “revolução” científica [...]. O uso da terminologia “revolução” Keynesiana e “contrarrevolução” monetarista coincide com a noção implícita de Kuhn sobre “revolução” científica; por outro lado a coexistência de 50 anos destes dois paradigmas (monetarista e keynesiano) estaria dentro da norma habitual de duração da substituição de um paradigma por outro (MELLER, 1987, p.78).

No período pós-segunda Guerra Mundial até o final da década de 1960, predominava o paradigma Keynesiano no universo macroeconômico, nesse período histórico surge a contrarrevolução monetarista que tem sua gênese nos escritos de Milton Friedman.⁹ É marcante nesse período a publicação do livro: “*A monetary history*

⁸ Equilíbrio de mercado.

⁹ Prêmio Nobel em Economia (1976) por suas conquistas nos campos da análise do consumo, história, teoria e política monetária e pela demonstração da complexidade das políticas de estabilização.

of the United States: 1867–1960", no qual Friedman revive os primórdios da Teoria Quantitativa da Moeda – TQM, sobre a qual Snowdon e Vane (2005) ressaltam:

[...] é a peça central do monetarismo e sua ideia está de acordo com Mark Blaug (1995), 'a mais antiga teoria a sobreviver na Economia'. Em uma forma razoavelmente coerente a teoria quantitativa da moeda persiste por mais de 300 anos desde "Some Considerations of the Consequences of the Lowering of Interest and Raising the Value of Money" de John Locke, publicado em 1692" (SNOWDON e VANE, 2005, p.167).

Dessa forma, a introdução da leitura de Friedman da Teoria Quantitativa da Moeda como uma função da demanda por dinheiro foi um ato inaugural de um processo de desafio ao paradigma vigente, além de instrumental teórico ao relacionar a Grande Depressão de 1929 à retração considerável da oferta monetária, oferecendo uma explicação alternativa ao modelo Keynesiano.

Esse primeiro passo na construção do monetarismo foi seguido por outro avanço teórico, a reinterpretação da Curva de Phillips. Em sua concepção original, tal curva demonstra a existência de um relacionamento perene entre inflação e desemprego. Esse *trade-off* permite aos formuladores de política econômica atingirem metas de redução do desemprego a partir de uma elevação na taxa de inflação. A diminuição do Salário Real, isto é, o salário nominal descontado pela inflação, estimularia a contratação de mais trabalhadores e esses estariam dispostos a ofertar mais trabalho em virtude da manutenção de um salário nominal atrativo.

Friedman criticou essa aceção do comportamento do trabalhador e da eficácia da política monetária em seu Discurso Presidencial na 80ª Conferência Anual da *American Economic Association*, em 1967. A crítica ao comportamento do trabalhador se baseia na hipótese de que para se comportar da maneira que preconizava a Curva de Phillips Original, esse trabalhador sofreria de ilusão monetária, ou seja, seria incapaz de perceber a curto prazo a erosão do poder de compra do salário provocado pelo aumento de preços (inflação). Ao aplicar fundamentos microeconômicos na análise do comportamento do trabalhador (considerando-o um agente racional), Friedman incorpora a noção das expectativas adaptativas sob a qual esse trabalhador irá projetar para o futuro a sua expectativa de inflação - com base no passado - na determinação da remuneração pela qual está disposto a trabalhar. Essa nova curva de Phillips passa a ser chamada de Curva de Phillips aumentada pelas expectativas (SNOWDON e VANE, 2005).

A consequência dessa nova interpretação é que não há *trade-off* permanente entre inflação e emprego, pois aumentos de inflação são incorporados às expectativas elevando o salário nominal demandado por trabalhadores. Além disso, a Curva de Phillips aumentada por expectativas abriu caminho para a

descoberta da chamada Taxa Natural de Desemprego, uma taxa persistente de desemprego associada ao nível potencial de PIB que pode ser negativa se forem introduzidas políticas públicas que a elevem.

Haverá sempre uma batalha temporária entre inflação e o desemprego [...]. A crença generalizada de que exista uma batalha permanente é uma versão sofisticada da confusão entre “elevada” e “crescente” que todos reconhecemos nas suas formas mais simples. Uma taxa de inflação crescente poderá reduzir o desemprego; uma taxa elevada não o fará (FRIEDMAN, 1968, p.427).

Esse mecanismo de inflação crescente se dá porque as expectativas de inflação não são sempre corretas, essa é a chamada hipótese de percepção equivocada dos trabalhadores e seria no modelo monetarista a origem dos ciclos de negócios. Gordon (2000), ao sintetizar o modelo de Friedman explica:

a primeira característica distintiva do modelo de Friedman é que (diferente de alguns modelos Novo-Keynesianos) nunca se exige que as empresas e trabalhadores operem fora das curvas de demanda e oferta de mão-de-obra. Esses modelos, frequentemente, são chamados de modelos clássicos, de equilíbrio ou de equilíbrio de mercado. A segunda característica distintiva é que os ciclos de negócios podem ocorrer somente se os trabalhadores percebem de maneira imprecisa o nível de preços [...]. Essa característica do modelo de Friedman é, muitas vezes chamada de “informação imperfeita” [...] (GORDON, 2000, p.384).

De acordo com Snowdon e Vane (2005), essas ideias monetaristas foram absorvidas por outros modelos econômicos e se compõe como importante herança dos esforços capitaneados por Friedman. A contrarrevolução monetarista abriu caminho para emergência dos Novo-Clássicos, sendo considerada juntamente com o modelo de Lucas a primeira geração dessa escola, focando nos choques de demanda como determinantes das flutuações econômicas. Não obstante, seus limites teóricos e empíricos são alvo de críticas que desencadearam em correntes alternativas de pensamento dentro da própria teoria Novo- Clássica e posteriormente pelos Novo-Keynesianos.

2.2. O modelo de Lucas e a Hipótese da Ineficácia da Política

Robert E. Lucas Junior foi o principal expoente da macroeconomia Novo-Clássica de choques de demanda, uma vez que deu um passo à frente do modelo de Friedman introduzindo uma hipótese da maneira como os trabalhadores formam sua visão do nível esperado de preços.

Segundo Gordon (2000), o modelo de Lucas fundiu o conceito das expectativas racionais com as hipóteses de equilíbrio de mercado e de informação imperfeita. Dathein (2000), afirma que:

para a Hipótese das Expectativas Adaptativas, a política monetária no curto prazo poderia produzir efeitos reais imediatos, em vários períodos, enquanto os agentes reagem à política. De acordo com a visão Novo-Clássica, uma política monetária no curto prazo só poderia ter efeitos reais se fosse imprevista, visto que, de outra forma, os agentes agiriam antecipadamente e não haveria efeitos defasados, uma vez que o aprendizado impediria efeitos imediatos. Os agentes, portanto, aprenderiam com a experiência, e não seria racional a ocorrência de erros sistemáticos (DATHEIN, 2000, p. 1).

Com base nessas críticas, foi construída a Hipótese das Expectativas Racionais-HER. Tais expectativas racionais se constituem no momento em que, com a utilização dos dados disponíveis, são realizadas as melhores previsões possíveis, não sendo necessário que estejam corretas, mas que se evitem erros com o adequado uso das informações. Ressalta-se que Lucas não inventou a ideia das expectativas racionais, mas sim recebeu crédito pela aplicação dela na macroeconomia. Dathein (2000), destaca as versões fraca e forte da Hipótese das Expectativas Racionais:

em sua versão fraca, ela afirma que os agentes formam suas expectativas e agem da melhor forma possível, usando as informações disponíveis, não havendo racionalidade, portanto, nos erros sistemáticos que seriam admitidos pela HEA. Em sua versão forte, a HER afirma que os agentes possuem um modelo econômico, acreditam neste modelo e que só este é correto; portanto, sabem como a economia funciona e agem e antecipam o comportamento da economia com base neste modelo. Além disto, os agentes possuem as informações relevantes e aprendem com a experiência, não repetindo erros. Desta forma, a base das expectativas é a teoria e o estoque de informações (DATHEIN, 2000, p. 1-2).

A versão de Lucas, ao destacar uma barreira de informações compartilhada por trabalhadores e empresas de igual maneira, contraria o modelo de Friedman que enfatiza a desinformação dos trabalhadores, nesse sentido assegura Gordon (2000, p. 387):

para que as empresas produzam mais, o preço de seu produto deve aumentar em relação ao custo marginal, que depende do custo das matérias-primas e outros bens comprados dos fornecedores. As empresas conhecem seu próprio preço, mas as barreiras de informações impedem que as empresas tomem conhecimento dos preços alterados em outros mercados.

Desta forma, visando superar essas barreiras, as empresas utilizam as expectativas racionais para formar a melhor estimativa da variação de preço em outros mercados, aplicando as expectativas racionais ao seu conhecimento do comportamento passado do preço. A HER, cujos agentes econômicos são os chamados *price takers*, pressupõe que informações sem custo e completas existam e sejam incorporadas aos preços de mercado. Aos agentes, por consequência da característica racional que a HER possui, é possível neutralizar qualquer política

econômica previsível. Desta maneira, os desequilíbrios seriam oriundos apenas das políticas econômicas não previstas, porém, de forma provisória em todas as situações.

Assim, em meio a atual análise da ineficácia da política monetária, o conceito das expectativas racionais leva a uma previsão inusitada de Lucas, bem como daqueles que compactuam de suas ideias, qual seja, o argumento de que qualquer antecipação na política monetária não é capaz de trazer alterações regulares e previsíveis ao produto real. O argumento de Lucas, desenvolvido no início da década de 70, culminou em notável surpresa dos economistas e passou a ser comumente denominado de Hipótese da Ineficácia da Política-HIP (GORDON, 2000).

No entanto, a HIP não nega a possibilidade de ocorrência de alterações no nível do produto real quando há uma mudança não prevista da oferta de moeda. Diante do exposto e levando em consideração que a reação do Banco Central a fatos passados não pode ser aplicada a acontecimentos econômicos atuais, o mesmo enfrenta um problema considerável na criação dessa surpresa de moeda. Em relação à política monetária, para a visão Novo-Clássica, Dathein (2000) afirma que:

a política monetária, para a visão Novo-Clássica, possui, por um lado, um componente que é a regra de política monetária coerente com a evolução real da economia, e, de outra parte, um componente aleatório. A renda real, por outro lado, possui no curto prazo um componente tendencial de longo prazo mais um componente que reflete o impacto da política monetária não antecipada. Com base neste modelo, uma política monetária expansionista (um choque de demanda) visando a elevação do emprego só poderia surtir efeito no curto prazo se fosse imprevista, visto que, caso contrário, seria antecipada e o resultado seria somente a elevação da inflação. Desta forma, nem o aumento passageiro do emprego previsto pela curva de Phillips monetarista ocorreria. Ou seja, não existe a curva de Phillips de curto prazo, ou alguma alternativa entre produção e inflação com taxa de desemprego menor que a natural (SHEFFRIN, 1985: cap. 2 *apud* DATHEIN, 2000, p. 2).

Ainda que a HIP tenha provocado uma revolução que dominou a discussão da macroeconomia no fim da década de 1970, foram mencionados diversos pontos fracos da hipótese. O problema não era a contribuição de Lucas das expectativas racionais, segundo Gordon (2000, p. 388), "o ponto fraco estava no equilíbrio contínuo de mercado e informação imperfeita, que fizeram dos desvios do preço real do momento em relação ao preço esperado a única fonte de deslocamentos do ciclo de negócios do PIB real".

2.3. O Modelo dos Ciclos Reais de Negócios

Consoante Dathein (2000), Milton Friedman e Robert Lucas foram importantes nomes ligados aos Novo-Clássicos e suas publicações inspiraram diversos outros

economistas a aprofundarem as pesquisas que visavam confirmar que as políticas monetárias só poderiam ser consideradas eficazes caso não fossem previstas.

Tendo os estudos de Lucas como base, Edward C. Prescott e Finn E. Kydland publicaram dois estudos que lhes renderam o Prêmio Nobel em 2004. Conforme declaração da Academia Real de Ciências da Suécia (2004), o trabalho de Prescott e Kydland não apenas revolucionou a pesquisa econômica, como também influenciou profundamente a prática da política econômica em geral e da política monetária em especial.

O primeiro ensaio foi nomeado "*Regras, e não discernimento*" e foi publicado em 1977. Prescott e Kydland (1977) introduziram a ideia de que as políticas monetárias utilizadas no intuito de sanar um problema imediato trarão consequências indesejadas no futuro. O segundo ensaio premiado recebeu o seguinte título "*Tempo de construir flutuações agregadas*" contribuindo com os ensaios de Lucas e contradizendo completamente Keynes. Prescott e Kydland (1982) constataram nesse trabalho que os choques econômicos eram causados por choques na oferta e não por choques na demanda agregada. Ao considerar o final da década de 1970 e o início da década de 1980:

[...] a principal e clássica explicação da instabilidade agregada centrou-se em choques reais e não monetários, e após a contribuição de Long e Plosser (1983) e principalmente devido às contribuições de Prescott, considerado o pai do Ciclo Real de Negócios, tornou-se conhecida como teoria do ciclo econômico real (SNOWDON e VANE, 2005, p.547).

Segundo Blanchard (2013), a teoria desenvolvida por Prescott e Kydland possui duas premissas, a primeira delas é metodológica. Antes da elaboração do estudo não existiam tecnologias – tais como computadores – capazes de desenvolver modelos macroeconômicos de fácil compreensão. As ideias expostas por economistas da época poderiam ser consideradas completamente infundadas e sem sentido para aqueles que não possuíam vocabulário técnico adequado. O desenvolvimento do computador tornou mais fácil a resolução matemática de modelos completos e a Teoria dos CRN contribuiu de forma significativa ao desenvolver métodos mais práticos para a resolução dos mesmos, além de permitir que novos modelos mais ricos e interessantes fossem desenvolvidos.

A segunda premissa foi conceitual, Prescott, reforçando as proposições de Lucas, argumentou que de fato "as flutuações poderiam ser interpretadas como provenientes dos efeitos de choques tecnológicos em mercados competitivos com preços e salários totalmente flexíveis" (BLANCHARD, 2013, p. 529). Isso pode ser ilustrado da seguinte forma: quando há a inserção de uma nova tecnologia no

mercado, o nível de produção aumenta devido a um aumento na produtividade. Com níveis de produções mais altos, os salários reais também tenderão ao aumento, o que faz com que os indivíduos se sintam mais atraídos a trabalhar. Essas oscilações indesejáveis na economia inviabilizam o efeito da política monetária em prol da sua redução.

Stadler (1994) discorre sobre as seguintes características do CRN: i) os agentes econômicos, indivíduo ou firma, buscarão maximizar a sua utilidade. “Os modelos de ciclo reais de negócios consideram as variáveis econômicas agregadas como os resultados das decisões tomadas por muitos agentes individuais, agindo para maximizar sua utilidade, de acordo com as possibilidades de produção e restrições de recursos” (PLOSSER, 1989, p. 53); ii) os agentes formam suas expectativas racionalmente, não sofrendo de assimetria informacional, ou seja, são capazes de informar-se a respeito da situação atual e futura da economia, não carecendo de meios comunicativos que possam fornecer-lhe tais informações; iii) os preços são flexíveis, trazendo uma compensação contínua ao mercado; iv) as flutuações ocorrem devido a choques tecnológicos, preferências dos consumidores e choques de oferta; v) apenas as variáveis reais têm impacto sobre o produto e podem causar flutuações, a exemplo da variação de salários que afetam a disposição do indivíduo em ofertar trabalho; vi) a política monetária é irrisória e o Banco Central, independente.

Postas as principais observações a respeito das duas correntes que disseminaram os pensamentos da teoria Novo-Clássica, Gordon (2000) sumariza as suas principais contribuições: i) a abordagem sobre as expectativas racionais fundamentando a macroeconomia em princípios macroeconômicos; ii) a teoria dos mercados financeiros eficientes, que pressupõe um equilíbrio contínuo de mercado principalmente no mercado financeiro; iii) uma maior compreensão da política econômica. Sobre essa contribuição, o autor nos diz: “mesmo se os contratos salariais e de preços de longo prazo impedirem a flexibilidade dos salários e preços (...), aqueles que negociam contratos tentam fazer isso com informações completas a respeito do que é provável que os formuladores da política façam” (GORDON, 2000, p.394); iv) impacto disseminado na pesquisa econômica, pois independentemente da aceitação ou não das suposições feitas pela teorias Novo-Clássicas, os modelos divulgados por seus economistas introduziram novas técnicas de abordagens de estudos, estimulando ainda mais a busca pelo conhecimento macroeconômico.

3. Teoria Novo-Keynesiana e as críticas ao modelo do Ciclo Real de Negócios

3.1. Os Novo-Keynesianos

Diante dos debates e ideias Novo-Clássicas surgidos na década de 1970 para explicar as flutuações econômicas existentes, emerge a Teoria Novo-Keynesiana, uma alternativa aos pensamentos até então dominantes embasada em todo arcabouço keynesiano herdado por décadas, porém, com uma perspectiva microeconômica inédita e fundamental na análise traçada para deslindar os desequilíbrios inerentes a qualquer economia.

Uma das principais características da teoria Novo-Keynesiana corresponde a sua maior herança da escola Keynesiana original - o pressuposto das falhas de mercado, em que este não tende necessariamente ao equilíbrio de curto prazo. De acordo com Gordon (2000), tanto a versão original como a nova podem ser chamadas de modelo de desequilíbrio de mercado, pois ambas ressaltam que pelas falhas de mercado existentes e pela rigidez de preços e salários a economia pode ficar longos períodos fora de seu ponto natural. Ainda que no longo prazo ela volte ao equilíbrio, o retorno pode se dar lentamente.

Apesar da coerência quanto ao desequilíbrio de curto prazo do mercado, Gordon (2000) retrata uma diferença substancial entre essas duas correntes que consiste no cerne da teoria Novo-Keynesiana e que rege todo seu pensamento. Ainda que ambas adotem a premissa de que os preços se ajustam lentamente, a teoria original trabalha com a ideia de salário nominal fixo, enquanto a nova abordagem acredita no ajuste lento deste e dos preços. Ela tenta explicar esse ajuste através de fundamentos microeconômicos incluindo, para isso, a aceitabilidade das expectativas racionais, sugestão antes puramente Novo-Clássica. Mais do que afirmar a lentidão de ajustamento dos preços e salários, os Novo-Keynesianos procuram examinar o motivo dessa situação. Desta maneira:

ao contrário de Keynes, que destaca os problemas da demanda agregada e a incerteza como geradoras de desemprego, os teóricos Novo-Keynesianos acentuam fatores de rigidez na oferta agregada como causadores de resultados não ótimos no produto e no emprego (DATHEIN, 2000, p.3).

Amorim (2002) aponta que a escola Novo-Keynesiana não nasceu propondo uma mudança profunda na maneira de pensar a macroeconomia, mas sublinha que sua ambição era resgatar a respeitabilidade perdida dos modelos da síntese neoclássica através da busca de fundamentos microeconômicos que explicassem a rigidez de preços e salários. Conforme Gordon (2000), a primeira onda de teorização Novo-Keynesiana tentou explicar porque os salários são rígidos, porém a persistência dos salários não foi suficiente para explicar a flutuação do produto na economia, daí a necessidade de uma maior atenção para o mercado de bens e serviços para visualizar a rigidez nos preços como um importante fator no desequilíbrio do produto nominal. Operando em um mercado imperfeito e com assimetria de informações, os

teóricos Novo-Keynesianos partiram da existência de rigidez nominal e real como o motivo por trás do ajuste lento dos preços e salários.

A rigidez nominal é aquela que inibe uma maior flexibilidade no nível nominal dos preços, dado que uma mudança neste nível é dispendiosa para a empresa. Muitos foram os exemplos trabalhados por esta teoria como causas da rigidez nominal, porém o principal é o custo de menu.

Esta fonte de inércia nominal de preços teria origem no fato de que a flexibilidade total de preços, conforme pressupõe a situação de concorrência perfeita, tem custos, como, por exemplo, os custos de processar informações, os custos de decisão ou de escolher entre opções e os custos de negociações. Dessa forma, o reajuste dos preços dependeria de circunstâncias, ou do mercado específico, que vão determinar se é compensador ou não variar os preços (DATHEIN, 2000, p.6).

A rigidez real, segundo Gordon (2000), é um fator que inibe as empresas de mudarem os salários reais, salário relativo ou ainda, o preço relativo. O exemplo mais abordado quando se trata desta rigidez é o salário eficiência. Assim como os custos de menu explicam bem os desequilíbrios no mercado de bens, o salário eficiência ajuda a explicar as flutuações existentes no mercado de trabalho. Sicsú (1999) ressalta que o salário eficiência é assim chamado pois, mesmo em uma situação de desemprego, as empresas não reduzem os salários por causa da manutenção da eficiência do trabalhador.

Mesmo diante do desemprego, seria reduzido o incentivo da firma para rebaixar salários reais. A redução de salários reais geraria perda de produtividade do trabalho. Logo, quanto maior fosse esse efeito-produtividade, menor seria o estímulo da firma para cortar salários; dessa forma, seriam neutralizadas as forças da competição entre trabalhadores (SICSÚ, 1999, p.89).

Desse modo, a escola Novo-Keynesiana aparece no fim da década de 1970 e início da década de 1980 com a incorporação de elementos microeconômicos e das expectativas racionais nos elementos centrais da economia Keynesiana. O modelo segue com alguns pressupostos do pensamento Novo-Clássico, não desprezando inteiramente suas contribuições, porém, através de suas críticas aos modelos de choque de oferta dos teóricos do Ciclo Real de Negócios, oferece uma alternativa na explicação das flutuações econômicas existentes.

3.2. Críticas ao modelo do Ciclo Real de Negócios

Apesar do aparente avanço do Modelo do Ciclo Real de Negócios – CRN ao evoluir a análise sobre o equilíbrio de mercado, informações imperfeitas e expectativas racionais atribuindo aos choques reais (de oferta) as flutuações

econômicas, esse modelo também foi alvo de muitas críticas, principalmente após o surgimento em 1980 da escola Novo-keynesiana. Gordon (2000), analisando as limitações e contribuições do Modelo CRN, levanta a seguinte questão: “tanto o modelo CRN quanto a análise gráfica AD-AS convencional (...) concordam que os choques de oferta podem causar os ciclos de negócios. Por que então o modelo CRN é tão controverso?” (GORDON, 2000. p. 391). O mesmo autor salienta que as críticas enfatizam os aspectos centrais do modelo, o destaque atribuído aos choques tecnológicos como causa predominante senão exclusiva dos ciclos de negócios, a sua interpretação do que ocorre no mercado de trabalho ao longo dos ciclos e a abordagem sobre os preços e a moeda.

Sobre a natureza dos choques tecnológicos, o autor enfatiza que “embora seja plausível que avanços da tecnologia ocorram num ritmo irregular, provocando ciclos na taxa de crescimento do produto, a suposição de que as recessões são provocadas por retrações da tecnologia (...) aparece aos críticos como não plausível” (GORDON, 2000. p. 391). Miranda (2003) salienta que o modelo pressupõe uma explicação de períodos de recessão relacionados a períodos de regresso tecnológico, devido à característica altamente cíclica conferida à produtividade e questiona a possibilidade de explicação desse regresso tecnológico.

Críticos questionavam a magnitude e frequência desses choques para explicar flutuações econômicas abrangentes, com grande impacto na produção. Muellbauer (1997, *apud* SONOWDON e VANE, 2005. p.333) pondera sobre a ‘volatilidade tecnológica’ contida no modelo CRN e a considera inverossímil pelos seguintes motivos: (i) a difusão tecnológica tende a ser lenta; (ii) a agregação dos processos de difusão tende a produzir um resultado suave no agregado; e (iii) não podem ser dadas micro fundamentações plausíveis à regressão técnica necessária para produzir recessões.

Os teóricos e seguidores do modelo CRN responderam a essas críticas argumentando que o regresso tecnológico pode ser representado por diversos acontecimentos exógenos que possuam implicações similares as de uma retração tecnológica. Gordon (2000) cita safras ruins, choques no preço do petróleo, legislações que aumentem o custo de investimento de produção e etc. e levanta ainda outra crítica sob esse aspecto. Ele enfatiza que o modelo não explica ou não considera através de que mecanismo choques que atingem diretamente um determinado setor ou indústria seriam estendidos à economia agregada, pois não consideram a existência de um fator multiplicador desses efeitos. Não havendo esse elemento multiplicador, apenas choques de grande abrangência poderiam causar grandes recessões e esses seriam de fácil identificação na economia, o que o modelo

não demonstra empiricamente já que não levanta exemplos além dos choques no preço do petróleo.

A perspectiva dos choques tecnológicos também foi desafiada do ponto de vista empírico. Para analisar a representatividade dos choques tecnológicos nos ciclos de negócios, Kydland e Prescott (1982) adaptaram o modelo de crescimento neoclássico de Solow¹⁰ em um modelo estilizado, simulando uma economia artificial em comparação com dados reais. Concluíram que o Resíduo de Solow¹¹ foi capaz de explicar cerca de 70% das variações no produto da economia americana no período analisado, encontrando evidências estatísticas de que as variáveis econômicas possuem uma influência dominante de choques permanentes. A utilização do Resíduo de Solow em seu instrumental empírico confere críticas ao modelo. Snowdon e Vane (2005), seguindo Abel e Bernanke (2001), demonstram algebricamente que o Resíduo de Solow também pode variar em um contexto que a tecnologia permaneça constante.

Summers (1986),¹² pretere o uso do resíduo por Prescott como índice da representatividade dos choques de tecnologia e enfatiza que o Solow residual pode representar oscilações na produção causadas por outros fatores:

enquanto os teóricos do ciclo real econômico interpretam a produtividade pro-cíclica do trabalho como evidência de mudanças na função de produção, a explicação keynesiana tradicional atribui esse fato estilizado à 'quase-fixidade' da contribuição trabalhista. A razão pela qual a produtividade cai nas recessões é que as empresas retêm mais trabalhadores do que precisam, devido a custos de ajuste de curto prazo. Nessas circunstâncias, vai pagar às empresas que suavizem a contribuição do trabalho ao longo do ciclo, o que implica o acúmulo de mão-de-obra em uma recessão cíclica. Isso explica porque a redução percentual no resultado geralmente excede a redução percentual na entrada de mão-de-obra durante uma recessão. À medida que a economia se recupera, as empresas utilizam seu trabalho de forma mais intensa, de modo que a produção aumenta em uma porcentagem maior que a entrada no trabalho. Em geral, muitos economistas explicam o movimento pro-cíclico do resíduo de Solow ao destacar a subutilização do capital e do trabalho durante períodos de recessão (SNOWDON e VANE, 2005. p.333)

Em outras palavras, as variações do produto encontradas pelo Solow residual também encontram explicação na hipótese do "entesouramento de mão-de-obra", que defende que em períodos de recessão a produtividade da economia cai, pois as firmas contraem a produção sem contrapartida de demissão de trabalhadores devido

¹⁰ O modelo de Solow explica as variações na produção em resposta a variações no fator trabalho, capital e progresso tecnológico, analisa os rendimentos constantes de escala, produtividade marginal decrescente do capital e considera o progresso tecnológico como exógeno.

¹¹ O Resíduo de Solow representa a variação percentual do produto menos a variação percentual dos fatores de produção, com estes sendo ponderados por sua participação na renda. O resíduo mede a variação do produto que não pode ser explicada pela variação nas quantidades de capital e trabalho.

¹² Apud Snowdon e Vane (2005)

aos custos trabalhistas. Mankiw (1989),¹³ explica que apesar de não demitir esses trabalhadores, as empresas os deslocam para setores não produtivos reduzindo a produtividade da mão-de-obra, nesse contexto o Resíduo de Solow avalia a redução na produtividade como explicada pelo entesouramento, superestimando a mão-de-obra e subestimando a produção.

O pressuposto Novo-Clássico que considerava o mercado em situação de perfeita competição também levanta críticas sobre as restrições da análise feita através do modelo. Segundo Mankiw (1991),¹⁴ se aplicado em um mercado com competição imperfeita, no qual os agentes determinam os seus preços por uma taxa de *mark-up*, o cálculo do resíduo de Solow poderá chegar a um resultado positivo mesmo em períodos de recessão.

O modelo CRN presume que a oferta de trabalho oscila em períodos de explosão e recessão devido à hipótese da substituição intertemporal entre trabalho e lazer em relação aos níveis de salário e a taxa de juros, ou seja, argumenta que a oscilação de mão-de-obra é uma prerrogativa espontânea do trabalhador e configura o elemento de propagação dos choques na economia (MIRANDA, 2003).

Snowdon e Vane (2005) afirmam que existe pouca fundamentação microeconômica, bem como poucas evidências empíricas dessa consideração:

se a elasticidade salarial da oferta de mão-de-obra for baixa, então os choques tecnológicos que alteram a curva de demanda trabalhista [...] produzirão grande variabilidade de salários reais e menor variabilidade de emprego. [...] as variações no emprego observadas ao longo do ciclo comercial parecem ser muito grandes para serem explicadas pela substituição intertemporal (SNOWDON e VANE, 2005. p.332).

Mankiw (1989),¹⁵ considera que a taxa de juros real não pode ser vista como determinante das decisões de oferta de mão-de-obra pelos trabalhadores, pois estes não poderiam estimar com precisão taxas de juros futuras e sua relação com os salários reais, determinando assim uma atitude de substituição intertemporal. Os teóricos e defensores do modelo CRN contestam essa posição e afirmam que apesar da difícil interpretação do comportamento do desemprego, o mecanismo de substituição intertemporal da mão-de-obra possui grande relevância ainda que em contextos de altas taxas de desemprego (MAGALHÃES, 2000).

Outra crítica relevante sob a compreensão do modelo se faz necessária quando se observa a abordagem do desemprego, considerado voluntário pelos precursores do CRN. Os críticos enfatizam a mutabilidade do padrão de

¹³ Apud Miranda e Dezordi (2003).

¹⁴ Idem.

¹⁵ Apud Snowdon e Vane (2005).

comportamento do mercado de trabalho, incompatível com a proposta de equilíbrio voluntário do modelo que é contestável empiricamente. Lilien (1982),¹⁶ incorpora a abordagem de alterações entre setores analisando o desemprego em um contexto onde os choques tecnológicos ensejem a realocação de recursos em diversos setores, os críticos avaliam como uma negligência em relação a análise do desemprego apontando ser uma grande lacuna na teoria do ciclo econômico real.

Abordando as relações no mercado de trabalho, deve-se observar a controvérsia presente na análise dos salários reais. O modelo CRN, bem como a relação entre oferta e demanda agregada, deixam evidente as relações entre choques de oferta e o nível de produção, para tanto, no modelo assume-se que a curva de oferta possui inclinação positiva atribuindo uma tendência pró-cíclica ao emprego no que tange a produção. Seguindo esses pressupostos pode-se considerar que os salários teriam que seguir este padrão pró-cíclico em relação ao produto. Gordon (2000) destaca críticas a essa perspectiva, que contrasta com a abordagem de outro precursor da teoria Novo-Clássica: "observe que essa é a previsão oposta ao modelo traiçoeiro de Friedman, que descreve a economia como se ela operasse continuamente ao longo da curva da demanda de mão-de-obra, de modo que a taxa de salário real deve flutuar 'anticíclicamente'" (GORDON, 2000. p.394).

As evidências empíricas e estatísticas deixam claro que, à exceção do contexto de choques nos preços do petróleo, não se observa um deslocamento sistemático dos salários reais a favor do ciclo de produção.

No máximo, haverá uma leve tendência de os preços aumentarem mais do que os salários nas fases de expansão econômica [...], os salários reais na verdade subiram durante a Grande Depressão 1929-1933, mesmo quando a taxa de desemprego estava aumentando de 3% a 25%. Portanto, parece que o mecanismo central que conduz as flutuações de emprego no modelo CRN está ausente na maioria dos ciclos americanos de negócios, com exceção dos episódios dos choques de petróleo do período de 1973-1982 (GORDON, 2000. p.394).

Partindo da análise da controvérsia sobre os salários reais e o emprego cabe salientar outro ponto de discussão na literatura, as mudanças de preços e produto. Embora em uma versão mais ampla tenha sido feita uma consideração sobre os choques de demanda, o modelo CRN inicial é baseado em oscilações favoráveis e desfavoráveis de choques exógenos, deslocando a curva de oferta agregada positiva e negativamente, permanecendo fixa a curva de demanda agregada. Nessa tendência os preços deveriam se elevar nas recessões e cair nas explosões, o que não é compatível com evidências empíricas. A Grande Depressão é um exemplo de comportamento negativamente relacionado entre preços e produção, o que deveria supor que os ciclos de negócios são causados tanto por choques de demanda

¹⁶ Apud Snowdon e Vane (2005)

quanto de oferta (GORDON, 2000). A análise sobre as evidências dos choques de demanda como causadores dos ciclos levanta a necessidade de outra crítica ao modelo:

O CRN não fornece fundamentos microeconômicos profundos para explicar mudanças tecnológicas e atividades inovadoras. Mas a dependência plausível do progresso tecnológico em fatores econômicos, como condições de demanda, gastos de pesquisa e desenvolvimento e efeitos de "aprender fazendo" (Arrow, 1962), implica que as mudanças no lado da oferta da economia não são independentes das mudanças do lado da demanda. Assim, um aumento imprevisto da demanda agregada nominal pode induzir mudanças de tecnologia no lado da oferta, que aumentam permanentemente a produção (SONOWDON e VANE, 2005. p.335-336).

Em uma interpretação mais ampla do ciclo de negócios, Gordon (2000) destaca que versões mais recentes do modelo CRN demonstram uma atenção às mudanças nos gastos governamentais e nas taxas de juros que poderiam introduzir determinados choques de demanda como determinantes dos ciclos de negócios. Os gastos do governo, por exemplo, poderiam impulsionar a produção e causar uma contração no investimento de maneira análoga ao modelo IS-LM, entretanto, consideram que essas oscilações vão depender da duração desses fatores causais. Nessa abordagem, tanto choques de demanda, quanto de oferta, são causadores dos ciclos, apesar de permanecer a consideração de que o equilíbrio de mercado ocorre através dos agentes econômicos e suas escolhas racionais, não havendo papel para políticas de estabilização. Snowdon e Vane (2005) fazem importante crítica a essa posição sobre o equilíbrio de mercado baseado na escolha Pareto-ótima dos agentes:

os teóricos reais do ciclo econômico esquecem os problemas de agregação inerentes à análise macroeconômica usando um agente representativo cujas escolhas são assumidas como coincidindo com as escolhas agregadas de milhões de indivíduos heterogêneos. Tais modelos, portanto, evitam os problemas associados à informação, troca e coordenação assimétricas. Para muitos economistas, as questões mais importantes na teoria macroeconômica relacionam-se a problemas associados à coordenação e à heterogeneidade. Se a questão de coordenação e as possibilidades associadas de falhas cambiais estiverem no centro das flutuações econômicas, então, ignorar o problema ao assumir que uma economia é preenchida apenas por Robinson Crusoe é uma estratégia de pesquisa inaceitável para muitos economistas (SNOWDON e VANE, 2005. p.336).

A presunção de ineficácia de políticas de estabilização traz outro ponto controverso, a política monetária e o pressuposto Novo-Clássico de neutralidade da moeda. O modelo presume que a moeda é utilizada pelos agentes econômicos como um elemento facilitador que otimiza o recurso de tempo. O sistema bancário é visto como um segmento ou indústria em que as transações são o produto final e

funcionam como bens de produção para outros setores, assim as variações na produção provocariam variações na demanda por moeda e sua consequente oferta, sendo a moeda endógena e neutra. Snowdon e Vane (2005) consideram a neutralidade da moeda uma ironia dos teóricos Novo-Clássicos, pois no início da década de 1980, os EUA e o Reino Unido experimentavam um reflexo das desinflações monetárias introduzidas por Volcker e Thatcher que repercutiram em profundas recessões em ambos os países.

A retração econômica de 1990-92 no Reino Unido também demonstrava ser consequência direta de outra dose de desinflação monetária. Os teóricos do ciclo real de negócios rebatem justificando que o segundo grande choque do petróleo em 1979 precedeu essas recessões conhecidas no início dos anos 80. Diante de tanta controvérsia muitos economistas continuam convencidos sobre a neutralidade da moeda no curto prazo, como sugerem Cooley e Hansen (1998)¹⁷ sobre o paradigma da política monetária:

[...] é possível que as várias hipóteses testadas interajam de forma não-trivial, ou mesmo que diferentes mecanismos sejam mais relevantes em períodos de tempo distintos. Assim sendo, torna-se uma tarefa pouco promissora a de identificar qual a “verdadeira forma” pela qual a moeda afeta a economia (COOLEY; HANSEN, 1998 apud KANCZUK; BOTELHO, 2003,p.1).

4. Contraposições entre Novo-Clássicos e Novo-Keynesianos

É inegável a proximidade em alguns aspectos entre as teorias Novo-Clássica e Novo-Keynesiana, por exemplo, ambas se fundamentam na microeconomia como forma de basear a racionalidade das escolhas individuais dos agentes econômicos que repercutem nos resultados macroeconômicos existentes. A partir de tal conciliação entre as duas vertentes da teoria econômica, tem-se a importância das expectativas racionais, que foram adotadas como pressuposto para as ideias propostas pela nova versão Keynesiana.

Sicsú (1999) aponta que os Novo-Keynesianos aderem à perspectiva de um equilíbrio de longo prazo. Com o passar do tempo, ainda que seja lento o ajuste de preços e salários, o longo prazo pode ser definido como o contexto econômico em que os mercados se equilibram via preços e salários. Quando isso acontece a microeconomia Walrasiana¹⁸ ganha efeito, mostrando que de maneira geral Novo-Keynesianos não discordam de todos os pressupostos Novo-Clássicos, mas ressaltam que em alguns aspectos salutar e precisos, a visão destes é inadequada.

A contraposição entre estas duas teorias está associada de certa forma ao período de tempo - curto e longo prazo - pois, ainda que este não seja o foco, as

¹⁷ Apud Kanczuk e Botelho (2003)

¹⁸ O modelo Walrasiano pressupõe mercado competitivo, preços flexíveis e contínuo equilíbrio de mercado.

implicações microeconômicas inerentes às duas escolas se diferenciam na questão do *timing*. Além disso, os motivos que explicam as flutuações econômicas diferem entre as duas escolas de pensamento, que usam de certos pressupostos opostos como base para fundamentação de suas teorias.

Na própria abordagem microeconômica tem-se um ponto a ser salientado, “a escola Novo-Keynesiana afirma que a microeconomia Walrasiana é inadequada à análise macroeconômica de curto prazo” (SICSÚ, 1999, p. 85), por isso a questão do tempo. No longo prazo, na visão Novo-Keynesiana, com o ajuste dos preços que se deu maneira lenta, a economia volta para o equilíbrio e se equipara à visão Novo-Clássica. Porém, no curto prazo, a ideia de preços flexíveis, desemprego voluntário e perfeita competição destes últimos, não compactua com as ideias propostas pela nova versão Keynesiana, nesse aspecto se concentram as principais diferenças. O quadro abaixo (Quadro 1), proporciona uma síntese das contraposições existentes.

Quadro 1. Principais contraposições entre Novo-Clássicos e Novo-Keynesianos

	Novo-Clássico	Novo-Keynesiano
Equilíbrio de Mercado	Equilíbrio contínuo de mercado (Curto e Longo Prazo)	Desequilíbrio de mercado no curto prazo
Preços e Salários	Flexibilidade de ambos	Rigidez de ambos
Tipo de mercado	Concorrência perfeita	Concorrência imperfeita (oligopólio, monopólio)
Papel do Estado	Ineficiente (Estado mínimo)	Eficiente (Intervenção)

Fonte: Gordon (2000), Dathein (2000), Amorim, (2002). Elaboração Própria.

A implicação Novo-Keynesiana de um desequilíbrio de mercado no curto prazo está intimamente ligada ao seu pressuposto de rigidez de preços e salários. “Os Novo-Keynesianos, por sua vez, ao afirmarem que há rigidez na movimentação dos preços, não só diferem em uma hipótese básica, como preparam o terreno para resultados também bastante diferentes, de acordo com a tradição Keynesiana” (AMORIM, 2002, p.45).

A flexibilidade de preços apontada pelos Novo-Clássicos atua como um mecanismo de ajuste para os mercados, não os deixando fora do ponto de equilíbrio. Desse modo, tanto excesso de oferta como de demanda, através dos ajustes rápidos no preço não perdurarão, estando a economia sempre em equilíbrio. Todavia,

quando se aponta a rigidez de preços e salários defendida pelo modelo Novo-keynesiano, não está se referindo a uma economia onde estes não mudem. Flexibilidade e rigidez se encaixam, de acordo com Sicsú (1999), à velocidade de ajuste das variáveis econômicas, portanto, rigidez se refere ao ajuste lento dos preços e salários provocada, por exemplo, por custos de menu ou salário eficiência. Uma vez que preços e salários demorem a se ajustar e haja então algum excesso (seja de demanda, seja de oferta) é plausível a tese de que no curto prazo a economia apresente falhas de mercado e não opere em equilíbrio.

Quanto ao tipo de mercado, Amorim (2002, p.32) frisa que: "para os Novo-Clássicos, o ambiente é sempre de concorrência perfeita conduzindo a economia ao equilíbrio competitivo, por outro lado, os Novo-Keynesianos trabalham, essencialmente, com concorrência imperfeita". Nesse tipo de mercado, as empresas podem operar com certo grau de *mark-up*, sendo pois, formadores de preços. Preços não competitivos dificultam o perfeito ajuste de mercado além do que, alterações de preços têm um custo superior ao ganho de alterá-los continuamente sendo então alterados periodicamente, o que conduz a ajustes não sincronizados com implicações sobre o ciclo econômico.

Um ponto relevante que difere as duas abordagens macroeconômicas diz respeito ao acesso às informações por parte dos agentes econômicos. De acordo com Amorim (2002), para os Novo-Clássicos é de suma importância que os agentes não tenham informações completas, pois essa condição permite que eles consigam explicar, através de ocorrências inesperadas, parte dos problemas gerados pelas flutuações econômicas. Por serem indivíduos racionais atuantes com base em expectativas, os agentes ao conhecerem os efeitos praticados por políticas conhecidas sempre levarão em conta tais efeitos em suas decisões, isso neutralizaria qualquer mudança que os afastasse do equilíbrio econômico. Como aponta este autor, uma vez que para os Novo-Keynesianos a razão das falhas de mercado está nos preços e salários rígidos, em termos de equilíbrio, não seria algo tão determinante os agentes não serem plenamente informados. Depois de um tempo, quanto às informações, percebeu-se que os Novo-Keynesianos trabalharam com a questão da assimetria de informação, algo presente em mercados imperfeitos.

Por fim, mas não menos importante, tem-se a perspectiva quanto ao papel do Estado na economia. Para os Novo-Clássicos, não há para este um papel de relevo no que tange à eficiência do mercado e à melhoria das condições de vida da sociedade. De acordo com Gordon (2000), Novo-Clássicos afirmam em seus resultados a ineficiência de políticas econômicas previstas, pois como já citado, somente mudanças inesperadas poderiam ter impacto real. Um dos principais aspectos do modelo do Ciclo Reais de Negócios é que os trabalhadores e empresas escolhem

reduzir emprego em tempos ruins e elevá-los em tempos bons (substituição intertemporal). Essas escolhas, portanto, só serão alteradas caso aconteçam choques que estão fora do controle dos agentes, assim, de maneira alguma há espaço para uma política de estabilização do governo. Em uma posição diferente e típica, os Novo-Keynesianos, ao acreditarem na existência de um mercado com falhas e que pode operar fora do equilíbrio no curto prazo, afirmam que são necessárias e bem-vindas ações corretoras por parte do Estado.

5. Considerações finais

Na teoria macroeconômica, os paradigmas contrastantes impulsionam a evolução do pensamento, o instrumental de análise econômica torna-se cada vez mais amplo. A contrarrevolução monetarista deu início à formulação da teoria Novo-Clássica em sua primeira geração com Milton Friedman e Robert Lucas sob a ótica dos choques de demanda, complementando tal abordagem a segunda geração introduz os Ciclos Reais de Negócios trazendo os choques de oferta como causa das flutuações econômicas.

A teoria Novo-Keynesiana desponta como um aperfeiçoamento da análise microfundamentada da escola Novo-Clássica, admitindo pressupostos desta escola que não foram considerados na abordagem Keynesiana original tais como: as expectativas racionais, equilíbrio de mercado no longo prazo e a racionalidade dos agentes econômicos como maximizadores do interesse individual. Em contrapartida, a literatura analisada suscita diversas críticas e contraposições relevantes dessa nova versão Keynesiana com relação aos pressupostos Novo-Clássicos.

As críticas acentuam os aspectos centrais do modelo. A consideração dos choques tecnológicos como determinantes principais, senão exclusivos, dos ciclos de negócios, é criticada sob a perspectiva teórica e empírica. Teoricamente é questionada sob a perspectiva de que, apesar de ser possível a explicação dos ciclos econômicos pelos choques tecnológicos, a ideia de que recessões sejam causadas por retrações tecnológicas parece inadequada aos críticos. Empiricamente a crítica se dá - em experimentos de Kydland e Prescott (1982) - ao uso do cálculo do Resíduo de Solow como evidência da representatividade dos choques tecnológicos na oscilação do produto na economia americana do período, pois mesmo em períodos de recessão o resíduo pode algebricamente apresentar resultado positivo. Ainda sobre os choques, existe o questionamento da ausência de um fator multiplicador que explique a extensão destes na economia.

A evidência de que choques de demanda também causam flutuações econômicas confere outra crítica ao modelo, que não fornece fundamentos microeconômicos sólidos para explicar porque somente mudanças tecnológicas

causam oscilações no produto através da oferta. A ausência de considerações sobre políticas fiscais como agentes de variação no produto através de uma expansão na demanda agregada demonstra a negligência do modelo nesse aspecto. Outra crítica importante se dá quanto à presunção de ineficácia de políticas de estabilização como a política monetária e o pressuposto Novo-Clássico de neutralidade da moeda.

Sobre a análise do mercado de trabalho no CRN, as críticas concentram-se em alguns aspectos principais: i) a presunção de que os salários são flexíveis; ii) a consideração de que as oscilações de produtividade do trabalhador e oferta de mão-de-obra ocorrem devido a sua expectativa de salários reais e taxas de juros, de maneira voluntária, provocando a substituição intertemporal entre trabalho e lazer; iii) o comportamento pró-cíclico do emprego e salários reais em relação a produção, dado que consideram a curva de oferta positivamente inclinada o que contrasta com as evidências empíricas dos ciclos de negócios americano.

Além das críticas supracitadas, a discussão dos modelos evidenciou algumas contraposições existentes entre eles, das quais se destacam: a rigidez salarial e de preços, a condição de concorrência imperfeita de mercado, o desequilíbrio econômico no curto prazo e a eficácia das políticas econômicas da visão Novo-Keynesiana em contraste à flexibilidade de preços e salários, equilíbrio contínuo de mercado, concorrência perfeita e pressuposto de Estado mínimo na economia da visão Novo-Clássica.

Com base no debate macroeconômico abordado neste estudo depreende-se que, apesar das críticas e contraposições entre os modelos, estes não são excludentes, pois os fundamentos que construíram as teorias discutidas tiveram como base a mesma proposta, evoluir e aprimorar a análise e explicação do contexto econômico que não foram alcançadas pelos paradigmas até então existentes. A introdução da microfundamentação no pensamento Novo-Keynesiano ampliou o instrumental de análise econômica juntamente com a teoria Novo-Clássica e constitui o cerne do debate macroeconômico atual. São indiscutíveis as divergências na explicação das flutuações econômicas entre as escolas, porém uma boa análise econômica deve considerar as contribuições feitas pelos contrastes existentes entre essas escolas de pensamento.

Referências

AMORIM, R. L. C. Macroeconomia neoclássica contemporânea: novos-keynesianos e novos-clássicos. **Ensaio FEE**, v. 23, n. 1, 2002.

BARTELMÉBS, Roberta Chiesa. Resenhando as estruturas das Revoluções científicas de Thomas Kuhn. **Revista Ensaio**, v. 14, n. 03, p. 351-358, set./dez. 2012.

- BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomics**. New Jersey: Pearson, 2013.
- DATHEIN, Ricardo. **Uma Introdução à Teoria Novo-Clássica**. 2002. Disponível em: <http://www.virtual.nuca.ie.ufrj.br/ufrgs/analisemacroeconomicaa/textos/Teoria_Novo_CI%E1ssica.doc> Acesso em: 25 de junho 2017.
- FRIEDMAN, Milton. **O papel da política monetária**. 1968.
- GORDON, R. J. **Macroeconomia**. Campus: Bookman, 2000.
- KANCZUK, F.; BOTELHO, F. B. Preços Rígidos e Ciclos Reais Brasileiros. **Pesquisa e planejamento econômico-PPE**, v. 33, n. 2, Agosto 2003.
- KYDLAND, Finn; PRESCOTT, Edward C. Rules Rather Than Discretion: The Inconsistency of Optimal Plans. **Journal of Political Economy**, vol 85, issue 3, p. 473-492, Jun, 1977.
- KYDLAND, Finn; PRESCOTT, Edward C. 1982. Time to Build and Aggregate Fluctuations. **Econometrica**, v.5, n.6, p. 1345-1371, Nov, 1982.
- MAGALHÃES, Matheus Albergaria de. Explicando os ciclos de negócios. **Revista de Economia Aplicada**, v. 4, n. 1, p.157-189, Jan./Mar. 2000.
- MELLER, Patricio. Uma revisão da crise na ciência econômica (Keynesianismo x monetarismo) in **Revista de Economia Política**, vol 7, n. 4, out./dez. 1987. Disponível em <<http://www.rep.org.br/pdf/28-5.pdf>>. Acesso em 01 junho de 2017.
- MIRANDA, B. P. J de; DEZORDI, L. L; NETO, H. M. M. Modelos de ciclos reais de negócios: uma perspectiva teórica e suas críticas. **Reuna**. v. 8. n. 1 (22). 2003.
- PLOSSER, Charles. Understanding real business cycles. **Journal of Economic Perspectives**, v.3, n. 3, summer 1989.
- SICSÚ, João. Keynes e os Novos-Keynesianos. **Revista de Economia Política**. v.19. n.2 (74). Abril-Junho. 1999.
- SNOWDON, B.; VANE, H.R. **Modern Macroeconomics: Its Origins, Development and Current State**. Cheltenham, UK / Northampton, MA – USA: Edward Elgar, 2005.
- STADLER, George W. Real Business Cycle. **Journal of Economics Literature**, v.XXXII (December 1994), pp. 1750–1783.